

# Trabalhadores vão para as ruas barrar o golpe da Emenda 3

*CUT mobiliza trabalhadores para repudiar Emenda que tenta concluir a fraude trabalhista iniciada por FHC.*

*Deputados tentam transformar funcionários em pessoas jurídicas sem direitos fundamentais como férias e 13º salário*

Em mais uma demonstração de que o grande capital não vacila e nem cochila, deputados que representam os empresários aprovaram Projeto de Lei da Super-Receita, do governo federal, mas incluíram na proposta a Emenda 3, que abre caminho para retirar direitos dos trabalhadores. O Projeto do presidente Lula unificava a fiscalização tributária, previdenciária e trabalhista para ampliar o combate às fraudes, mas o lobby dos patrões acrescentou um parágrafo que retira a fiscalização trabalhista da Super Receita, favorecendo a impunidade para quem não paga direito trabalhista.

Lula vetou a Emenda, mas 370 deputados e senadores ameaçam derrubar o veto presidencial para levar a fraude adiante o que fez o presidente encaminhar ao Congresso um Projeto que disciplina o Código Tributário Nacional e garante a atuação dos fiscais sobre as empresas prestadoras de serviços de uma só pessoa.

## Fraude Tucana

A “*empresa de uma pessoa só*”, que os empresários que-

rem manter fora de qualquer fiscalização, é uma forma de prestação de serviços sem encargos trabalhistas, criada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Atualmente o sistema tributário multa estas empresas, especialmente a que têm contratos não temporários, determinando que sejam desconstituídas.

Ao aprovar a Super-Receita, o Congresso proíbe os fiscais do trabalho de investigar estas empresas de fachada e sua destituição seria determinada apenas por decisão judicial. Com a Emenda, em pouco tempo seriam extintos os direitos trabalhistas e a carteira de trabalho daria lugar a contratos de prestação de serviço

com trabalhadores com identidade de pessoa jurídica, sem férias remuneradas, FGTS, e outros direitos. A medida também alimentaria um déficit sem precedentes no INSS.

Foto: Roosevelt Pinheiro/ABr



*Sindicalistas reivindicam ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a manutenção do veto à Emenda 3*

## CUT lidera reação

A direção da CUT alerta que a Emenda é inconstitucional, por retirar do trabalhador o direito de ser protegido pelo Estado, ficando exposto a ati-

vidade precária disfarçada de trabalho autônomo. Para evitar que os deputados derrubem o veto do presidente, a CUT realiza ampla mobilização no país e reivindicou à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal que a matéria tenha votação aberta e nominal.

A Central Única dos Trabalhadores alerta para o risco de redução dos direitos trabalhistas e previdenciários através da Reforma Trabalhista arquitetada pela maioria dos deputados ligados aos empresários que querem mudanças, mesmo contra a vontade do governo Lula e dos trabalhadores. “À CUT e aos trabalhadores só resta ir às ruas para evitar este golpe para flexibilizar os direitos trabalhistas”, alerta o presidente da CUT Vale do Aço e coordenador do Sindieletro na Regional, Marcos Túlio Silva.

## Como a Cemig burla os direitos trabalhistas

Apesar do discurso de respeito aos trabalhadores e de promoção do desenvolvimento de Minas Gerais, a Cemig não promove concurso público para preencher sequer as vagas na atividade-fim, e pratica outras irregularidades, inclusive a contratação de profissionais como empresa. Após denúncias da direção do Sindieletro, o Ministério Público proibiu abusos na contratação desvirtuada de estagiários. Como resposta a em-

presa, em vez de realizar concurso, desativou a CAC e aumentou as terceirizações.

Outra irregularidade cometida pela Cemig foi o uso de cooperativas, na verdade empresas-gato com trabalhadores disfarçados de donos, sem nenhum direito, que atuavam principalmente na Cidade Industrial. Após denúncia do sindicato, o MP determinou contratação com carteira assinada, e a opção da Cemig foi de novo pela terceirização.

A empresa também usa e abusa da mão-de-obra temporária (MOT), em contratos que vão além do prazo previsto pela legislação, inclusive com falsidade de informações. A irregularidade foi investigada pelo MP, após denúncias na Usina Térmica de Igarapé.

Após todas as denúncias apresentadas pelo Sindieletro, a empresa aderiu à contratação

de serviços limitados por carta convite, sem licitação. A Cemig usufrui das vantagens da contratação através de “*empresa de uma só pessoa*”, procedimento que o lobby dos empresários quer regulamentar com a Emenda 3. “São vários profissionais, inclusive secretárias, técnicos e assessores, inseridos na hierarquia da empresa com a mesma função de concursados”, explica o coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner.

## Contratação irregular e corrupção

Nem sempre estes trabalhadores escolhidos e apadrinhados pela diretoria da empresa recebem baixos salários. Basta lembrar o caso da advogada Letícia Vignoli Vilella, denunciado no Chave Geral 495. Ela foi contratada pela Cemig, sem concurso, em junho de 2006 e recebe salário de R\$

6.000,00. Apesar do questionamento do Ministério Público, até agora nenhuma medida foi tomada pela diretoria da Cemig para corrigir esta irregularidade.

No momento em que a sociedade se mobiliza em defesa do trabalho digno, a direção do Sindieletro reforça a reivindicação de fiscalização das relações trabalhistas na Cemig pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT). A mobilização dos eletricitários já teve conquistas importantes como a garantia em ACT de 10 mil postos de trabalho no quadro próprio. “Temos que ir além, para aos poucos retomarmos o respeito na relação de trabalho e combatermos a terceirização que é o instrumento para a precarização do trabalho e para o nepotismo e o privilégio na Cemig”, destaca Wilian Vagner.

# Cemig descumpre ACT na cláusula do auxílio-educação

Na prática direção da empresa ainda não reconhece e nem estimula a continuidade dos estudos

No ACT 2005/06, a Cemig alegava que o auxílio-educação era tímido, mas que era o começo de uma conquista. Na Campanha Salarial de 2006, o debate parecia ter avançado só que agora, de forma unilateral, a empresa descumpre o negociado, reforçando a alegação equivocada feita em mesa de negociação que “*eletricista não precisa de curso superior para operar chave*”.

A cláusula 17ª do ACT diz que o benefício será concedido para os “ *cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) ou pela Secretaria Estadual de Educação e que constem no Plano de Cargos e Remuneração da Empresa*”. Contudo, sob o pretexto de que o Ministério Público está questionando o concurso interno, a empresa resolveu, arbitraria-

mente, que não vai liberar o auxílio para quem é estudante de um curso diferente da sua carreira. Os obstáculos para conceder o auxílio-educação contradizem o discurso de que a empresa precisa, a cada dia, de maior qualificação.

## Pouca coisa mudou

Em diversas unidades da empresa, eletricitários que estudam, mas não conseguem o auxílio-educação, mesmo atendendo aos critérios do ACT 2006/2007, comprovam que o benefício não cumpre seus objetivos. “*A Cemig limita muito a liberação do auxílio-educação com burocracia e interpretações subjetivas. A mais nova alegação da empresa é que não podemos ter direito ao auxílio porque nosso curso não tem afinidade com*

*a carreira, o que é um desrespeito com nosso Acordo Coletivo. O que a Cemig não vê é que os empregados estão desmotivados e os que estudam vão querer sair da empresa na primeira oportunidade*”, avalia um eletricitário.

“*Pelos novos valores e conhecimentos que estamos agregando e pelo que a Cemig vai ganhar, a concessão do auxílio-educação deveria ser automática, mas não é. A empresa coloca todas as dificuldades possíveis para não liberar a ajuda atual, que é muito pequena diante do valor da minha men-*



Obstáculos emperram auxílio-educação para a maioria dos trabalhadores

salidade escolar, que ultrapassa R\$ 600,00”, lamenta outro trabalhador.

## FALA

O que você acha do sindicato investir na formação dos representantes dos trabalhadores nas CIPAs?

## TRABALHADOR

Fotos: Regional Oeste



Participei do curso e gostei muito. A atividade foi bastante dinâmica e

desmitificou a idéia antiga de que curso tem que ser aquela coisa parada de palestra. Eu já sabia da importância da CIPA, mas no curso pensamos como a Comissão deve ser e não como ela funciona atualmente. Infelizmente, apesar dos objetivos das CIPAs não ser este, sua prática está mais focada na busca dos culpados pelos acidentes do que na solução dos problemas. O debate mostrou a necessidade de substituir a idéia de punição pela prevenção. Como o primeiro passo para mudar o comportamento é mudar o pensamento, acredito que os novos cipistas estarão atentos à outras formas de atuar.

**Waltemar Lares, Plantão – Divinópolis**



No curso promovido pelo Sindieletro adquirimos maior conhecimento sobre a saúde e segurança

no trabalho, discutimos a Política de Segurança da Cemig e a importância da atuação da CIPA para a prevenção de acidentes e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Tivemos a oportunidade de interagir com funcionários de outras regiões e de outras empresas e levantamos possibilidades de melhorias na CIPA, que deve ser instrumento mais educativo do que punitivo. Fomos informados que a intenção do Sindieletro é dar maior apoio aos cipistas, administrando curso para os mesmos e realizando um acompanhamento mais efetivo do nosso trabalho. Ser cipista pressupõe muita responsabilidade, mas com o apoio do sindicato, dá para fazer um bom trabalho.

**Vander Lúcio Vaz, Técnico de Supervisão de Controle de Distribuição – DO/MO**

## Migração do Plano BD será aberta em 1º de abril

Prazo para migração será de 90 dias. Participantes devem se informar sobre o futuro na Forluz ou com seus representantes na Fundação.

A migração dos participantes do Plano BD para os Planos A e B vai estar aberta no período de 1º de abril a 02 de julho. O titular da Diretoria de Relação com os Participantes (DRP), Plínio Arantes, destaca que a decisão sobre o futuro do Plano foi antecedida por uma ampla discussão com os interessados, concluindo-se que a melhor solução seria a migração. Segundo ele, cada participante deve analisar bastante o seu caso. “*Estaremos à disposição de todos os interessados para discutir caso a caso*”, afirma.

A Secretaria de Saúde e Previdência Complementar

do Sindieletro não só ficará à disposição dos interessados como vai levar informações até os participantes do Plano BD para tirar dúvidas em relação à migração.

O diretor responsável pela Secretaria, Henderson Hirata, ressalta a importância dos participantes procurarem se informar de todos os detalhes dentro do prazo de 90 dias, a partir de 1º de abril. Ele diz que a patrocinadora deverá retirar o seu patrocínio do Plano BD, o que provocará sua extinção, lembrando que o déficit do Plano em 31/12/2006 era de R\$ 12,149 milhões.

## Intransigência

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, lembra que a direção do sindicato se reuniu com o gerente da Assessoria de Relações Sindicais, João Lúcio Pereira Costa, para cobrar o cumprimento integral da cláusula do auxílio-educação, mas a direção da empresa continua intransigente. “*Durante a última Campanha Salarial, discutimos com o Comitê de Negociação os critérios do auxílio-educação, cobrando a ampliação do direito, sobretudo para quem faz curso diferente da sua carreira no PCR. A empresa concordou com a reivindicação, tanto que está acordado no ACT, e agora usa uma interpretação totalmente equivocada*”, destaca Wilian.

Para o sindicato a questão deve estar na pauta de discussão do novo Acordo Específico do PCR. “*Nós defendemos que o auxílio seja o mais amplo possível e que a formação do trabalhador seja incentivada, independente do curso que ele faz. Quem mais ganhará é a Cemig, pois o trabalhador, ao adquirir novos conhecimentos, garante melhor desempenho em suas atividades*”, explica Wilian Vagner.

# Mobilização pela PR 100% linear com 6% do ROC deve continuar

Foto: Benedito Maia/Arquivo

R\$ 2.146.892.000,00. Esse é o Resultado Operacional da Cemig – ROC/2006, mas só 3% dessa alta cifra (R\$ 64.406.760,00) vai ser distribuído como Participação nos Lucros ou Resultados para os trabalhadores da Cemig junto com o pagamento de março. Nos últimos anos, a PR é paga 50% de forma linear e 50% proporcional ao salário de cada trabalhador. Isso se deve à pressão que os gerentes e superintendentes fazem não permitindo que a distribuição seja linear.

Segundo levantamento realizado pela subseção do Dieese no Sindieletrô, o maior valor aproximado de PR proporcional a ser paga nos próximos dias é de R\$ 21.915,00, enquanto o menor é R\$ 4.023,00. De acordo com os cálculos do Dieese, se fosse paga 100% linear, a PR 2006 de cada trabalhador seria de R\$ 6.002,50. Se fosse 100% linear e com 6% do ROC, o montante a ser recebido individualmente seria de R\$ 12.005,00.

Os relatos de grande parte da categoria dão conta de que a maioria está insatisfeita com essa distribuição proporcional,



Luta dos eletricitários por PR linear e com ROC maior só deve cessar quando a Cemig atender as reivindicações da categoria

enquanto uma minoria recebe a maior parte do “bolo”. Na opinião de Fernando Duarte, do Dieese, a PR deve ser 100% linear porque o salário já dá o diferencial do trabalhador mês a mês, além do fato das demais remunerações ao longo do ano já serem pagas de forma proporcional (Maria Rosa, PLR Ex-

tra). “A PR não deve ser usada para o reconhecimento individual, mas para o reconhecimento do

esforço coletivo que constrói os resultados da empresa”, avalia.

Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieletrô, destaca que, se todos os trabalhadores contribuem com 100% do seu potencial e do seu conhecimento para que a empresa obtenha lucro, a PR deve ser igual para todos. “Um gerente não tem mais compromisso com a empresa do que um eletricitista. Cada um, na sua função, contribui para os resultados positivos

que a Cemig vem obtendo ano após ano”, destaca.

Ele acrescenta que a PR deve ser paga com 6% do ROC para que se estabeleça a equidade e a justiça com relação ao tratamento, já que em 2004 a Cemig dobrou o repasse dos lucros para os acionistas. “Nós também queremos dobrar a nossa participação nos lucros da empresa”. Essa deve ser uma luta contínua dos eletricitários, pois é uma questão de justiça.

## PR 2006

50% linear = R\$ 3.001,25

50% proporcional = salário-base de dezembro/2006 x 1,0987

## Se fosse 100% Linear

R\$ 3.001,25 X 2 = R\$ 6.002,50

## Se fosse 100% LINEAR – ROC 6%

R\$ 3.001,25 X 2 = R\$ 6.002,50 X 2 = R\$ 12.005,00

## Forluz retoma atendimento na Sede

Foto: Benedito Maia/Arquivo



Atendimento no Edifício beneficiará eletricitários

Em breve os eletricitários de Belo Horizonte e região que desejarem ter acesso aos serviços da Forluz serão atendidos na sede da Cemig, no Santo Agostinho. A retomada do atendimento no local é uma antiga reivindicação dos representantes dos participantes no Conselho da Fundação, que finalmente será atendida. A desativação do atendimento da Forluz na sede e em outras unidades prejudicou aos trabalhadores.

“Com o acerto final para reativar o setor de atendimento no prédio, os participantes e seus familiares poderão contar com todo o atendimento

previdenciário e relacionado ao PSI, em um endereço onde o acesso é mais fácil e central”, avalia o coordenador-geral do Sindieletrô, Wilian Vagner.

Para o diretor do Sindieletrô, e membro do Conselho do PSI, Arcângelo Queiroz, a transferência do setor de atendimento para a sede é um reconhecimento da diretoria

da Forluz às críticas apresentadas pelo Sindieletrô em relação à necessidade de melhoria na qualidade do atendimento. “Há outras medidas a serem adotadas para beneficiar o atendimento ao participante, como o serviço 0800 que deve contar com trabalhadores do quadro próprio e com experiência nas questões de saúde e previdenciária”, sugere.

Após mobilização e negociação da categoria, ficou previsto no Extra-Acordo de 2006 que até 30 de junho próximo a Cemig terá uma unidade de representação em cidades do interior, o que deve melhorar a qualidade do atendimento.

## Eleições para as CIPAs

O processo eleitoral para a escolha dos representantes dos trabalhadores das 81 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho já começou.



Os eletricitários interessados em se candidatar devem se inscrever até o dia 3 de abril, no seu local de trabalho.

Os cipistas terão mandato de dois anos e poderão contar com todo o apoio do Departamento de Saúde e Segurança do Sindieletrô.

A segurança é um direito do trabalhador e se faz com a participação de todos e todas.

# Estudo relaciona poluição do rio Jequitinhonha com obra de Irapé

*Impacto sócio-ambiental da obra compromete a saúde, a segurança alimentar e os ecossistemas na região*

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta), da UFMG, constatou graves alterações da qualidade da água do rio Jequitinhonha, em Coronel Murta e Virgem da Lapa, em trechos abaixo da Usina de Irapé. As amostras coletadas pelo Gesta, em 2006, foram avaliadas pelo laboratório da Copasa na região e os resultados comparados com amostras analisadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) de 1998 a 2005. A pesquisa realizada de janeiro a novembro de 2006 aponta piora da qualidade da água, ultrapassando, em alguns casos, os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/2005.

A Resolução determina que as águas de classe 2, como o rio foi considerado, sirvam ao “abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional, à proteção das comunidades aquáticas, ao lazer, à irrigação e à pesca”. Desde o enchimento do reservatório da Usina, em 2005, moradores reclamam de irritação na pele, mau cheiro, gosto de ferrugem, corrosão das bombas de captação e recusa dos animais em beber a água do rio. Com base no relatório da UFMG o Ministério Público Federal abriu Ação Civil Pública e investiga a relação entre as obras da usina e a degradação das águas.

Como houve redução do

PH da água (maior acidez), baixa de oxigenação, aumento da concentração de manganês, nitratos, sulfatos e ferro, o estudo aponta riscos de morte de organismos aquáticos, irritação na pele e nos olhos e doenças como hepatite e difteria. Também foram relatadas mortes de peixes e aborto em animais.

## “O rio não é o mesmo”

Vários fatores associados poderiam estar poluindo a

água, como o desmatamento incorreto, deixando árvores em decomposição debaixo da área inundada, carreamento de sedimentos e a presença de elementos químicos, como a amônia, em solos que antigamente eram usados para a agropecuária. A alteração poderia, ainda, se relacionar à decomposição de rochas e à retirada de pirita – mineral usado na fabricação de ácido sulfúrico – para a construção do reservatório de Irapé.

As alterações confirmam as denúncias das comunidades que sempre usaram a água do rio Jequitinhonha para irrigação, consumo pelos animais, pesca e lazer. Para sanar esses problemas, o relatório recomenda que a Cemig tome medidas urgentes, como o abastecimento de água potável para as comunidades, por prazo indefinido, seja através do tratamento convencional ou de cisternas de captação de chuva. O



*Análise comprova poluição do rio Jequitinhonha após Usina*

Gesta também recomenda análise periódica da qualidade da água e um plano de recuperação das nascentes para a revitalização dos córregos locais.

## Usina gera problemas sociais e ambientais

A Assessoria de Comunicação da Cemig informa que a empresa avalia constantemente a água do rio, que já tinha problema antes da Usina. A Companhia alega que o seu compromisso com o abastecimento das comunidades era apenas para o período de enchimento do reservatório, e foi cumprido.

No entanto, Edinei de Oliveira, liderança da região, afirmou que este abastecimento não durou nem 4 meses. “Sem outra água para consumo, as pessoas buscam o rio, que está contaminado. Por isso, já estão aparecendo problemas graves de saúde na região. As comunidades estão

assustadas e revoltadas com o descaso da Cemig”, alerta.

Marcos Zucarelli, sociólogo e pesquisador do Gesta, destaca que os moradores tiveram que fazer o encanamento para trazer a água que antes estava ao alcance de todos. “Algumas famílias ficaram prejudicadas pelo desnível dos terrenos e outras estão sem água até hoje, por causa da demora no abastecimento.”

A coordenadora do Gesta/UFMG, professora Andréa Zhouri, avalia que as comunidades foram atingidas pela barragem. Segundo ela, além da água imprópria para consumo, essas populações perdem hortas e roçados, pois plantavam a partir do

conhecimento do regime normal do rio. Vale lembrar que as famílias atingidas pela barragem foram reassentadas em outras áreas, mas sofrem com a escassez de água e com a dificuldade de pagar a conta de energia para as bombas de captação.

### Progresso para quem?

O pesquisador Marcos Zucarelli avalia que “a recuperação do Jequitinhonha pode demorar anos” e lamenta que a população desconheça os impactos sócio-ambientais das barragens por acreditar que a geração de energia é sinal apenas de progresso. “Esse outro lado é ofuscado, em nome do desenvolvimento que não chega da mesma

forma para todos”.

Wendel Ficher, sociólogo e pesquisador do Gesta, destaca que 1,2% dos consumidores da Cemig são indústrias que consomem 59,3% da energia para produção de bens, a maioria para exportação. “Os impactos dessa obra sustentam o mercado internacional e as populações atingidas vivem uma situação de injustiça ambiental”, avalia. Os pesquisadores lamentam que o licenciamento ambiental parta do paradigma da adequação da natureza às vontades humanas, e não da adaptação do ser humano às condições do meio ambiente, como deveria ser.

